

Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas de Conservação e Assistência Técnica de Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos do Estado de São Paulo

## **CENTRAL DE ATENDIMENTO: 0XX11 3228-8246**

www.sindassistenciatecnicasp.com.br

# TSSO Í

xt. 1 — 1. Os trabalhadores deverão gozar de proteção adequada contra qualaquer atos atentatórios liberdade sindical em matéria de emprego.

rai proteção devera, particularmente, aplicar-se a atos destinados a:
 a) subordinar o emprego de um trabalhador à condição de não se filiar a um sindicato ou deixar

CRIME

Você já parou pra pensar ??

Sua empresa te usa para se opor contra o Sindicato,

CAPTA DE OPOSICÃO

CARTA DE OPOSICAO para Suprimir

Conquistados pelo

Conquistados pelo seu Sindicato



#### QUEM APRESENTA CARTA DE OPOSIÇÃO PERDE DIREITOS TRABALHISTA:

Trabalhador que apresenta carta de oposição perde Direitos conquistados pelo Sindicato.

A justiça negou a um trabalhador que se opôs aos descontos das contribuições a favor de seu Sindicato aos direitos conquistados em convenção Coletiva. Ele queria os aumentos e benefícios obtidos junto aos patrões, mas como nunca contribuiu o Juiz da 30º Vara do Trabalho de São Paulo, disse NÃO, pois o próprio empregado achou por bem não contribuir para a entidade e assim abriu mão desses direitos.

No caso paulista, como é comum em quase todo o Brasil, o patrão estimulou seus empregados a se oporem ao desconto. Quando o trabalhador foi despedido da empresa e abriu o processo o patrão alegou a justiça que ele que não quis estar representado pelo sindicato, apresentando como prova cópia de sua oposição ao desconto.

CUIDADO COM O LOBOS VESTIDOS DE CORDEIROS, no caso, aqueles que se intitulam defensores dos trabalhadores, mas, o que desejam é o enfraquecimento de suas trincheiras de luta que são os sindicatos.

# O SINDICATO É A SEGUNDA CASA DO TRABALHADOR!

Acompanhe o Sind. Assistência no Facebook

www.facebook.com/SindAssistenciaTecnicaSP

DISK DENÚNCIA: 0800 7735 900

#### ATENDIMENTO

Segunda á Sexta Feira das 08:30 hr ás 12:00 hr e das 13:00 hr ás 17:30 hr Atendimento Jurídico Somente com hora marcada.

Email: contato@sindassistenciatecnicasp.com.br

## Justiça só pode interferir em acordo sindical se houver afronta à lei

O Poder Judiciário só pode intervir em acordos definidos em assembleia geral sindical se houver afronta à legislação vigente. O entendimento, unânime, é da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao reformar decisão que condenava um sindicato a devolver descontos mensais de 7% do salário de um trabalhador avulso sindicalizado do Porto de Santos (SP).

Em análise anterior, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) havia determinado o reembolso, por entender que o percentual estabelecido, voltado para a reestruturação operacional sindical, não poderia ser considerado como contribuição assistencial por ser elevado demais.

O sindicato, ao recorrer ao TST, alegou que a contribuição era descontada apenas dos trabalhadores sindicalizados. A entidade afirmou que excluiu o encargo do associado quando o próprio, por meio de carta, desautorizou o desconto, mas sustentou que não deveria reembolsar as deduções mensais anteriores, por violação ao artigo 548, alínea "b", da Consolidação das Leis do Trabalho.

O dispositivo delimita que as contribuições dos associados, na forma estabelecida nos estatutos ou pelas assembleias gerais, constituem o patrimônio das associações sindicais. Segundo o entendimento do relator do processo, ministro José Roberto Freire Pimenta, o desconto seria irregular apenas se incidisse sobre o salário de consertadores de carga não sindicalizados. José Roberto Freire Pimenta explicou que o TRT-2 se equivocou, pois a contribuição foi aprovada pela maioria dos trabalhadores. Também argumentou que a assembleia possui autonomia nas

"Considerando que se tratava de trabalhador sindicalizado, e que constituem patrimônio do sindicato as contribuições dos associados estabelecidas em assembleia geral, tem-se que não cabe ao Poder Judiciário manifestar-se acerca da razoabilidade do valor estipulado a título de desconto", afirmou o relator.

fonte: Conjur

resoluções que não contrariam a legislação vigente.

### NOVA DATA BASE: 01 SETEMBRO

## PISO SALARIAL NORMATIVO: R\$ 975,20

REAJUSTE SALARIAL: O REAJUSTE A SER APLICADO PELAS EMPRESAS AOS SALARIOS IGUAIS OU SUPERIORES AO PISO NORMATIVO SERA DE 8 %, NO ENTANTO, DEVERÁ SER APLICADO 6% (SEIS POR CENTO), LEVANDO EM CONTA O ÚLTIMO REAJUSTE QUE FOI EM DEZEMBRO/2014, SENDO NA PROPORÇÃO DE 9 MESES.

EX. PISO MÍNIMO ANTERIOR: R\$ 920,00.

8% /12 MESES= 0,666 0,666X 9 MESES: 5,999= 6% R\$ 920,00 + 6% = R\$ 975,20

























#### Endereços das Sedes

SEDE SOCIAL-SÃO PAULO AV: CÁSPER LIBERO, 383-3º ANDAR SALA 3 C SANTA EFIGENIA/SP

SUBESEDE OSASCO RUA: ANTONIO AGÚ 1010 -SALA 11 CENTRO OSASCO/SP

SUBSEDE SALTO RUA: JOSÉ 153 - CENTRO-SALTO /SP

SUBSEDE SANTOS RUA: FREI CANECA, 71-2ºANDAR-SALA 12 CENTRO -SANTOS/SP SUBSEDE SOROCABA
RUA: SÃO BENTO, 195-CENTRO-1º ANDARSALA 5-SOROCABA/SP

SUBSEDE CAMPINAS RUA: VISCONDE DO RIO BRANCO, 301-CJ 504 ED; LIBERDADE- CENTRO- CAMPINAS

SUBSEDE- JUNDIAI RUA: LUIZ BETELI, 60 VIANELO- JUNDIAI/SP

SUBSEDE SÃO BERNARDO DO CAMPOS RUA: 11 AGOSTO, 175-SALA 02 - JD SILVESTRE